

**EDSON CAPOANO & DANIEL NOVERSA**

edson.capoano@gmail.com; daniel.noversa@gmail.com

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de  
Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal**

## **NOVA AGENDA EUROPEIA DA CULTURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL**

### **RESUMO**

Neste texto, pretendemos compreender a relevância do documento *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018) para a definição de políticas culturais em Portugal na década 2020–2030, bem como, através de um corpus de 45 boas práticas culturais implementadas em Portugal, entender se essas estão em linha com as ideias do documento visado. A metodologia utilizada é a análise epistemológica do documento europeu, a medição dos termos mais pertinentes neste e a comparação dos resultados com os encontrados nas boas práticas portuguesas. Como considerações, percebe-se que o documento, que prima pela integração europeia a partir da cultura, poderia estar mais próximo de ações locais nacionais, se contemplasse os processos e as ferramentas que utilizam para alcançar o patamar de boas práticas, enquanto que estas, pelo seu foco na inserção social, perdem na internacionalização e na integração regional, quesitos necessários para se adequarem às expectativas do documento europeu e, com isso, obter benefícios e apoio institucional.

### **PALAVRAS-CHAVE**

nova agenda europeia para a cultura, boas práticas, projetos culturais

---

## A CULTURA E A NOVA AGENDA EUROPEIA

A cultura, nos últimos anos, tem-se vindo a revelar como um recurso estratégico para o desenvolvimento económico e humano das sociedades<sup>1</sup>. Ao nível da cadeia produtiva, a cultura adjetiva e é constantemente justificada — tanto no discurso político como no quotidiano dos cidadãos — como um dos setores de atividade mais importantes para desenvolver sociedades mais conscientes, inclusivas e plurais, calcorreando aqui um caminho pela conservação de património (i)material de uma dada comunidade e pela elevação de uma cidadania pedagógica, de produção de conhecimento e participação dos vários agentes da sociedade civil. Contudo, uma definição estratégica para a cultura é sempre tarefa de difícil implementação, uma vez que esta não dispõe de uma definição unívoca, muito devido à ambiguidade semântica e fragilidade operativa que lhe está inerente em comparação com outros setores de atividade. A sua definição é tanto elástica como complexa de significados. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2016), a cultura é compreendida como um

conjunto de atividades humanas e de bens e serviços, cuja razão de ser se baseia nas funções de criar, produzir, disseminar, comercializar, preservar, educar ou regular conteúdos simbólicos. A Cultura apresenta três características fundamentais: está relacionada com expressões, baseia-se na criação e na comunicação através de símbolos e, habitualmente, está relacionada com direitos de propriedade intelectual (direitos de autor, de patentes e de marcas, direitos de distribuição, etc.). (p. 9)

Neste sentido, qualquer tentativa de plano/agenda para a cultura merece uma atenção analítica da nossa parte, mais não seja para se compreender o quanto os documentos desta natureza são tidos em conta para auxiliar a definição de políticas públicas para a cultura. Aqui, o documento elegido para a nossa análise é *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018). No coração da estratégia política para a cultura europeia está patente uma premissa primordial: gerar um maior sentimento

---

<sup>1</sup> Através de uma consulta rápida ao site da Comissão Europeia na área da cultura, vemos descritas seis prioridades para a definição da estratégia política da UE (2019-2024), que se resumem ao Green Deal para a Europa, à digitalização e à promoção de uma economia que trabalhe para as pessoas, instigando e reforçando a democracia europeia (Comissão Europeia, s.d.-b, para. 4). Além disso, salienta-se o papel significativo que estas prioridades podem ter no desenvolvimento das economias e sociedades da UE, nomeadamente através dos setores culturais e criativos (Comissão Europeia, s.d.-b, para. 5). Posto isto, reforça-se o papel da Agenda para a cultura, ao assumi-la como um contributo positivo para o desenvolvimento das sociedades, economias e relações internacionais da Europa (Comissão Europeia, s.d.-b, para. 6).

de comunidade e de identidade entre os países europeus e os seus habitantes através da cultura e, sobretudo, abarcar e fomentar sinergias entre cultura, educação e políticas culturais. A par disto, este documento perspetiva também um apoio ao desenvolvimento da indústria cultural e criativa, como favorecer a mobilidade dos profissionais do setor cultural, com ações estratégicas concretas nas dimensões social, económica e política externa. Como veremos adiante, estes são os aspetos que melhor refletem o documento: o desenvolvimento social e económico sustentável, o diálogo cultural e intercultural e a cooperação para a preservação do património cultural.

O documento *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura*, ao planificar ações para a cultura e a educação, tem em vista a criação de sociedades coesas no quadro da União Europeia (UE), tornando-a atrativa, na medida em que ao explorar o potencial cultural, está também a construir-se uma UE mais justa e inclusiva, alicerçada na inovação, criatividade, emprego e crescimento sustentável, pois está plasmado no documento que a indústria cultural melhoraria o nível de vida, emprego, crescimento e transformação das comunidades europeias. Por outras palavras, a confluência entre a apropriação da riqueza patrimonial cultural e o setor criativo, permitiria reforçar a identidade europeia, através de uma cidadania participativa, valores comuns, inclusão e diálogo. O projeto da UE nasce embandeirado pelas liberdades individuais e cívicas, e isso está muito presente no documento, onde todos os povos estão implicados a usufruir de direitos culturais, nomeadamente refugiados e recém-chegados.

O documento é uma proposta de resolução do Parlamento Europeu para reunir iniciativas que fomentem o potencial das indústrias culturais e criativas (a) como fonte de crescimento económico e de emprego; (b) para valorizar o património europeu; (c) para promover o diálogo intercultural e valorizar a diversidade cultural no contexto da crise migratória e dos refugiados, bem como aliar a educação na promoção dos valores fundamentais da UE; (d) para gerar uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado de forma a estimular a inovação, a sustentabilidade económica e a integração social por meio da cultura e da criatividade; (e) para desenvolver uma UE em que os cidadãos tenham oportunidades de desenvolvimento social e de crescimento económico, que preserve o património e promova a diversidade cultural. No final de contas, o que este plano procura é promover uma abordagem holística centrada na cultura e num ambiente sustentavelmente construído.

*Uma Nova Agenda Europeia para a Cultura* também leva em conta os princípios da Comissão da Cultura e da Educação (2018). Desde logo, considera que os setores culturais e criativos devem ter apoio equitativo e

personalizado, e que a diversidade cultural e o diálogo intercultural devem ser mantidos como prioridades transversais na política europeia. A cultura é aqui entendida como um bem público e, por isso, o documento tem como objetivo claro a preservação, a expansão e a difusão de um panorama cultural dinâmico e diversificado, garantindo o acesso a todos os cidadãos e fomentando a sua participação nas tomadas de decisão. Assim, este plano revela-se abrangente e proporciona um quadro flexível para uma mudança dos ecossistemas culturais que favoreçam sinergias intersetoriais.

Por outro lado, o documento também sinaliza uma Europa que está a emergir de uma “grave crise financeira” (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, p. 6), o que faz com que os orçamentos nacionais e regionais para a cultura sejam muitas vezes os primeiros a sofrer cortes das verbas disponíveis. Nesta Europa atravessada pelo aumento das desigualdades sociais, do desemprego dos jovens, com a ascensão do populismo e da radicalização de uma população cada vez mais diversificada, a cultura revelar-se-ia como o primeiro meio para se alcançar a coesão social e o diálogo intercultural entre e dentro os Estados-membros, garantindo as liberdades cívicas das pessoas para a criação de pontes entre elas.

A nova agenda ressalta ainda o dinamismo do setor de música na Europa que gera emprego a um milhão de pessoas, representando um volume de negócios de 25 milhões € ao continente (Comissão Europeia, 2018). Ainda assim, o setor seria subfinanciado (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, p. 6), o que não refletiria a diversidade do setor musical europeu nem a sua contribuição económica, social e cultural<sup>2</sup>.

Em contraponto, considera-se que os setores criativos e culturais da Europa são os ativos mais fortes da União Europeia, pois representam 4,2% do produto interno bruto do grupo, criando 8,4 milhões de postos de trabalho, o que equivale a 3,7% do emprego total na região (Comissão da Cultura e da Educação, 2018). Tal setor, economicamente resiliente mesmo em tempo de crise, proporciona maior percentagem de emprego para jovens e mulheres que outros setores da economia.

É neste sentido que o documento *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018) entende que a cultura desempenha um papel relevante na coesão social e na integração, pela participação das minorias, grupos desfavorecidos, comunidades marginalizadas, migrantes e refugiados na vida cultural e social. Ainda assim, deteta-se que artistas e profissionais da cultura vivem uma situação precária ou instável, com

<sup>2</sup> Do “orçamento total de 1.46 mil milhões de EUR para o programa Europa Criativa, até julho de 2018 apenas 51 milhões de EUR tinham sido atribuídos a projetos na área da música, indo, sobretudo, para música clássica” (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, p. 6).

uma cobertura fraca ou inexistente da segurança social e rendimentos imprevisíveis. O documento vem a constatar que as artes e as humanidades são elementos essenciais a ser plenamente integrados nos sistemas educativos, como forma de contribuir efetivamente para a modelagem de uma Europa colaborativa, criativa e mobilizadora, e assente na sustentabilidade, na integração e na coesão cívica (Comissão Europeia, s.d.-a). Deste modo, os incentivos à criação de redes culturais

seriam um meio forte para forjar vínculos entre as pessoas e relações pacíficas duradouras e o diálogo para além das fronteiras nacionais e, por conseguinte, para promover as relações culturais internacionais, que estão no cerne da regulamentação mundial, e a formação de um espaço cultural europeu. (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, p. 6)

No âmbito cultural e artístico, *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* reconhece o valor intrínseco da liberdade de expressão cultural, artística e criativa, e do maior acesso possível dos cidadãos à cultura, inclusivamente através de ações específicas. Para além de sublinhar que os festivais são uma forma de estímulo à união e com impacto na sociedade, na cidadania, na economia, no património cultural e no desenvolvimento externo, é valorizada ainda a utilização do capital de profissionalismo, dos artistas, dos autores, dos operadores culturais, criativos e dos operadores audiovisuais como apoio essencial para o desenvolvimento de uma dimensão europeia da cultura e novamente do diálogo intercultural, da inovação cultural e artística, da coesão territorial e da inclusão social.

No plano social, o documento aponta para uma garantia do direito aos trabalhadores do setor criativo e artístico a uma remuneração, acordos contratuais e condições de trabalho equitativos. Perante as visíveis condições de emprego atípico, precário e, baseado em projetos dos profissionais da cultura na Europa, defende-se a criação de sistemas de proteção na União Europeia, tendo em conta plenamente as especificidades das formas atípicas de emprego.

Nas últimas décadas, a Europa tem vindo a deparar-se com múltiplos desafios que afrontam o projeto de UE: desigualdades sociais crescentes entre e dentro dos Estados-membros, populações mais diversificadas em virtude das intensas migrações e mobilidades intereuropeias, o populismo, a radicalização e as ameaças à segurança; portanto, estes são problemas que só conseguirão ser resolvidos no quadro de uma União Europeia com uma política cosmopolita concertada e no âmbito de uma democracia plena entre todos os agentes que constituem o corpo coletivo. Assim, como este

documento naturalmente vem a sublinhar, é à cultura que cabe o papel de agregador e mediador, pois através de uma política cultural consistente e inclusiva é possível criar um sentimento de pertença, promover uma cidadania europeia mais ativa e decifrar junto dos europeus os valores fundamentais e a identidade. Além disso, é de salientar que os setores cultural e criativo na Europa são economicamente resistentes e oferecem uma percentagem mais elevada de emprego juvenil do que a maioria dos outros setores.

O objetivo da agenda consiste, sobretudo, numa tentativa de assegurar o equilíbrio justo entre as políticas sociais, económicas e culturais e uma coerência com outros programas anteriores, como o Europa Criativa e o Europa Para os Cidadãos. Neste sentido, opta-se por se estruturar os eixos do documento nas dimensões social, económica e de política externa, numa abordagem setorial para prestar apoio a todos os setores culturais e criativos e para manter a diversidade cultural e o diálogo intercultural enquanto prioridades transversais.

Uma aposta na cidadania cultural traria assim o reforço da coesão social, da inclusão, do diálogo e do entendimento mútuo, bem como o aflorar de um sentimento de pertença, que não menospreze a capacitação das pessoas através da participação e criação cultural em todos os grupos etários e socioeconómicos, incluindo as minorias, os migrantes, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência. Por isso, “o maior trunfo da cultura europeia é a sua diversidade de vozes, visões e expressões, uma riqueza que importa preservar, reforçar e encorajar” (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, p. 16).

É neste sentido que, para a nova agenda, o reforço de sinergias entre a educação e a cultura é uma das prioridades da nova política cultural, que só pode ser possível se a cultura beneficiar de um apoio financeiro reforçado e sustentável. Assim, o documento apela a que se duplique o orçamento disponível para o novo programa Europa Criativa e se desenvolva uma estratégia global e coordenada para a integração da cultura noutros domínios de ação.

A nova agenda cultural na Europa procura proteger o setor musical, muito dinâmico e com muitos profissionais, mas com grave défice de financiamento. Talvez por isso se tenha apoiado a iniciativa “A Música Move a Europa”, dentro do âmbito do programa Europa Criativa. Já na dimensão de política externa, o documento entende os intercâmbios culturais como pontes sólidas entre pessoas oriundas de diferentes meios étnicos, religiosos e sociais, reforçando o diálogo intercultural e a compreensão mútua. Neste sentido, a cultura torna-se parte essencial do diálogo político entre

países, urgindo integrá-la nos projetos e programas da ação externa, entre organizações e intervenientes locais no terreno, para criar elos e robustecer o diálogo intercultural e as relações pacíficas. A cultura seria, inclusivamente, a chave desbloqueadora de uma resposta às circunstâncias imprevistas, nomeadamente a integração dos refugiados nas sociedades europeias.

Finalmente, consideramos que no documento *Uma Nova Agenda Para a Cultura* existe a crença de que a revolução digital transformou radicalmente o modo como a arte e a cultura são produzidas, distribuídas e consumidas. Ao criar oportunidades ao nível da comunicação dos bens culturais, o digital conduziu a novos desafios, como são: a proteção dos direitos de autor, a obtenção de licenças e a remuneração justa para criadores e artistas no mundo digital. Deste modo, entende-se ser urgente desenvolver novas abordagens em matéria de recolha de dados para todos os setores culturais e criativos e utilizar indicadores mais qualitativos, a fim de melhorar a definição das políticas culturais e medir favoravelmente o seu impacto. O documento ressalta a existência de desfasamentos entre a escassez de dados que caracteriza o setor público e a abundância de informação a nível dos operadores digitais, motivo pelo qual se recomenda a criação de uma plataforma digital europeia que possibilite o acesso e a partilha de bens culturais no continente, nomeadamente filmes com licenciamento.

### LINHAS DE FORÇA E PALAVRAS-CHAVE NA NOVA AGENDA

Depois desta breve análise de *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018), podemos destacar seis linhas de força para a definição de políticas na área da cultura. Através da contagem de menções ou expressões que norteavam o argumento grafado, também foi possível identificar algumas palavras-chave, como podemos ver na Tabela 1.

LINHAS DE FORÇA	PALAVRAS-CHAVE
Ações em cultura e educação	Coesão
Associação e mobilidade culturais	Inclusão
Diálogo, cooperação e desenvolvimento	Sustentabilidade
Melhoria do nível/qualidade de vida	Transformação
Proteção de património e comunidade	Identidade
Promover competências e criatividade	Indústrias criativas

Tabela 1 *Linhas de força e palavras-chave na nova agenda*

Pelo que temos vindo a analisar e pelo que se aduz na Tabela 1, *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* procura investir forte no desenvolvimento de associações e na mobilidade de culturas no seio da União Europeia como forma de inclusão dos indivíduos, em especial de populações imigrantes e refugiados. As dimensões patrimonial e identitária também estão muito presentes na proposta estratégica, nomeadamente na implementação de ações e intervenções por meio de linhas de apoio à proteção e salvaguarda do património e costumes das comunidades europeias.

É de notar ainda que as indústrias criativas fazem parte da estratégia de integração da cultura na economia, por ajudarem a promover competências e criatividade em todos os indivíduos envolvidos nessas cadeias de valor, onde a sustentabilidade, por seu lado, se torna num dos elementos reguladores do processo. Isto é, através de um diálogo e cooperação mais estreita entre os agentes culturais das sociedades civis, gerar-se-ia uma transformação mais significativa do coletivo europeu ao nível da melhoria da qualidade de vida.

Na nuvem de palavras (Figura 1), criada a partir dos termos mais repetidos ao longo do documento, é-nos possível verificar com mais nitidez quais são as linhas de ação que o documento mais tem em vista para o desenvolvimento estratégico da cultura europeia.



**Figura 1** Nuvem de palavras com os termos das linhas de força mais utilizados na nova agenda

*Nota.* Elaboração própria a partir da ferramenta Pro Word Cloud

Como era expectável, a “cultura” é o termo eixo predominante no documento. Seguidamente, surgem os conceitos “património” e “criatividade”, que também evidenciam algum relevo nesta proposta estratégica,



permitindo-nos apurar com mais alvura e, a partir do que já foi discutido no ponto anterior, que o objetivo central de *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* é, de facto, proporcionar um maior sentimento de comunidade e identidade entre os países europeus e os seus habitantes através da cultura criativa. Já, como termos suplementares ou âncoras, os conceitos de “educação”, “diálogo”, “cooperação”, “comunidade” e “mobilidade” vão aparecendo de forma regular ao longo do documento.

Assim, e como podemos verificar na Figura 2, contata-se que a estratégia para a cultura está em estreita relação com vários conceitos.



**Figura 2** Nuvem de palavras com as palavras-chave mais utilizadas no documento nova agenda

*Nota.* Elaboração própria a partir da ferramenta Pro Word Cloud

Novamente, percebe-se que o ónus está no desenvolvimento identitário, atravessando os diversos tópicos tratados no documento. Os outros termos adjacentes — “indústria criativa”, “inclusão” e “transformação” — sugerem *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* com a ambição de gerar a tal identidade cultural através desses eixos de ação. Já “sustentabilidade” aparece no documento com um duplo sentido, que vai desde o âmbito financeiro ao ambiental.

## **BOAS PRÁTICAS: UMA ABORDAGEM AOS PROJETOS CULTURAIS EM PORTUGAL ATRAVÉS DA NOVA AGENDA**

Para a realização de uma análise mais pragmática do documento *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018), foi operacionalizado o conceito de “boas práticas culturais”. Metodologicamente, consideramos útil agregar um corpus considerável de iniciativas culturais que nos permitisse averiguar com mais objetividade que linhas de força enunciadas anteriormente mais são implementadas nos projetos para a

cultura em Portugal. Seguiu-se também esta estratégia metodológica, porque no *Relatório Sobre a Nova Agenda Europeia Para a Cultura*, desenvolvido pela Comissão da Cultura e da Educação (2018), se faz menções diretas e indiretas sobre o conceito de “boas práticas”, veja-se por exemplo:

exorta a Comissão a criar um portal único da União dedicado ao património cultural, reunindo informações de todos os programas de financiamento da União que financiam o património cultural e estruturado em três secções principais: oportunidades de financiamento para o património cultural, *uma base de dados com exemplos de boas práticas* [ênfase acrescentada] e de excelência no domínio do património cultural e referências pertinentes, e notícias e ligações relativas a desenvolvimentos políticos, ações e eventos relacionados com o património cultural (...) convida os Estados-Membros a ponderarem a possibilidade de suprimir o artigo 17.º do Modelo de Convenção Fiscal da OCDE das convenções fiscais bilaterais celebradas entre Estados-Membros da UE; solicita à Comissão que, como solução intermédia, estabeleça um código de conduta sectorial relativo à retenção na fonte dos impostos, que especifique as opções para reduzir custos e simplificar procedimentos, apresentando *boas práticas e as exceções disponíveis* [ênfase acrescentada]. (Comissão da Cultura e da Educação, 2018, pp. 8–10)

As boas práticas podem ser entendidas como processos ou atividades que trabalham para o desenvolvimento ou melhoria das comunidades humanas nas suas múltiplas dimensões. Enquanto conceito, a expressão “boas práticas culturais” admite que a cultura desempenha “um papel constitutivo no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios” (Cidades e Governos Locais Unidos, s.d., para. 6). Portanto, a práxis da cultura é vista tanto como um fim e como um meio em si mesmo. Por um lado, torna-se um motor do desenvolvimento sustentável das cidades, por se revelar uma fonte significativa para a vitalidade dos cidadãos ao estimular-lhes a criatividade e a inovação. Por outro lado, como meio, a cultura é um catalisador da sustentabilidade, graças às suas contribuições específicas para a promoção da equidade social, progresso económico inclusivo e equilíbrio ambiental. Enquanto quarto pilar nos termos da Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável, a educação cultural escora-se no património, na criatividade, na diversidade, na produção e transmissão de conhecimento, daí também que esteja intrinsecamente ligada aos direitos humanos.

Já segundo o projeto “UMa Reconhecimento” (Universidade da Madeira, 2016), as boas práticas proveem da assunção dos valores humanísticos e de cidadania ativa; por isso, proporcionam uma maior consciencialização das identidades e do aprofundamento da *communitas*. Como tal, podem assumir-se como sustentáculo de uma renovada coesão social e suscitar, pela atitude proativa e pelas ações empreendedoras que promovem, a implementação de uma cultura de resistência que permita encontrar a motivação e as forças necessárias para descobrirmos um novo e mais aprofundado sentido para as nossas vidas, face às circunstâncias que poderão ameaçar ou pôr em causa a nossa identidade e os interesses e a sobrevivência do saber coletivo. Como resultado deste projeto cultural, foi possível contribuir para que as gerações mais jovens de madeirenses, onde se incluem os atuais e antigos alunos da Universidade da Madeira, revitalizassem a sua cultura e estabelecessem mais facilmente um relacionamento cultural sustentável, não apenas com o todo nacional, mas também com o mundo globalizado.

Dito isto, foi feito um levantamento de 45 boas práticas no período entre setembro e dezembro de 2019. Os critérios usados para a seleção das boas práticas foram:

1. identificar ações reconhecidas e/ou premiadas pelos pares, como instituições culturais, agências governamentais ou por entidades supranacionais, como boas práticas;
2. identificar em artigos científicos iniciativas que foram avaliadas como boas práticas com base em fundamentação teórica.

Terminado este processo, foram compiladas e ordenadas por ordem alfabética numa tabela e enquadradas segundo as linhas de força aludidas anteriormente (Tabela 1).

Diante desse levantamento de boas práticas, conseguimos tirar algumas ilações (onde não cabe razões de generalização); desde logo, quais as áreas mais prioritárias em matéria de ações/projetos culturais em Portugal e, que de resto algumas já foram identificadas nas linhas de força que o documento da nova agenda dispõe e aponta como estratégias para as políticas culturais europeias.

Segundo a Figura 3, que analisa a presença e a intensidade das linhas de força do documento nos enunciados dos projetos culturais coligidos, é possível identificar que as áreas onde há uma forte aposta são: (a) na proteção do património (i)material; e (b) na promoção da educação através da

cultura. Ainda neste âmbito é de notar que o tópico de “associação e mobilidade culturais” teve um número de casos muito residual em comparação aos restantes (três casos no total), tendo uma visibilidade muito pouco expressiva, como podemos verificar na Figura 3.



**Figura 3** Nuvem de palavras com as linhas de força da nova agenda e encontradas nas descrições das boas práticas

*Nota.* Elaboração própria a partir da ferramenta Pro Word Cloud

A Figura 4, que compreende a presença e a intensidade das palavras-chave de *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* nas descrições das boas práticas coligidas, ajuda-nos a perceber claramente uma forte tendência para ações que estimulam a criatividade e promovem a inclusão. Além disso, é também importante fazer-se referência à repetida presença da “educação” (que aparece nas Figuras 3 e 4 com algum destaque), sugerindo que esta tem uma função agregadora e de área fundamental na definição e desenvolvimento estratégico de uma política cultural, e que se quer mutuamente inclusiva e transformadora das comunidades humanas.



**Figura 4** Nuvem de palavras com as palavras-chave da nova agenda e encontradas nas descrições das boas práticas

Nota. Elaboração própria a partir da ferramenta Pro Word Cloud

## NOTAS FINAIS E SUGESTÕES

Fazendo uma ponte entre a análise feita do documento e dos casos de boas práticas, é possível destacar alguns aspetos que passamos a explicitar.

O que o documento *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* (Comissão Europeia, 2018) suscita ao ser lido é que a cultura deve trabalhar para integrar a identidade dos países-membros signatários do documento. Todos os demais termos que compõem a carta são instrumentos para alcançar o equilíbrio do binómio mencionado. Tal percepção pode ser notada também quando fazemos uma análise comparativa entre a Figura 3 e a Figura 4. A amostra coletada de projetos portugueses com boas práticas sugere que não há um eixo mestre nos temas ou práticas culturais, mas evidencia uma atenção especial aos patrimónios locais, infraestruturas de identidade regional e ações de promoção da inclusão social.

Enquanto o conceito de “cultura” é o eixo orientador do documento, para os 45 projetos de boas práticas em Portugal, é um dentre os demais que compõem os domínios da cultura, porque é, em quantidade semelhante ao uso das menções “ações” e “educação”, o que indicia uma forte tendência para atividades de índole educacional. Aqui a cultura é utilizada como conteúdo ou ferramenta, revelando a maior força do conjunto dos projetos avaliados.

A nova agenda percebe a manutenção das culturas europeias e o desenvolvimento de inovação como vetores de ação cultural, motivo pelo qual “património” e “criatividade” são duas palavras das mais mencionadas.

Já nas descrições das boas práticas portuguesas, o “património” é mais mencionado no que se refere à sua “proteção”, enquanto as “competências”, a “criatividade” e o “desenvolvimento”, por outro lado, ficam mais abaixo na quantidade de menções, o que nos leva a perceber que existe um posicionamento estratégico diferenciado à partida. Nos projetos recolhidos, o objetivo está no valorizar a comunidade através do seu património (passado), mas, por outro lado, na nova agenda, o sentido identitário é impulsionado para o futuro, com o desenvolvimento de competências, entre as quais, a criatividade e a inovação. Tal avaliação é ratificada pelas palavras-chave do documento e das boas práticas: enquanto, no primeiro, a “identidade” é o grande eixo das propostas; na segunda, é a “inclusão” e a “criatividade”. Por outras palavras, em *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura* a identidade é objetivo, enquanto que nas boas práticas é o ponto de partida; inversamente, a criatividade e inclusão são objetivos para as boas práticas, enquanto que no documento são pontos de partida.

Ainda nas aceções encontradas — tanto na nova agenda quanto nas boas práticas —, há uma dissonância entre a importância dada ao termo “transformação”: enquanto que a “sustentabilidade” é largamente uma prioridade nas boas práticas, é menos mencionada no documento. Esse é um dos resultados mais surpreendentes desta análise; entender que os projetos culturais portugueses estão mais atentos à sustentabilidade que uma carta de intenções europeia.

Como sugestões, fica a percepção de que os projetos portugueses de boas práticas precisam de se ater nos eixos do documento da nova agenda, a fim de terem mais oportunidades de financiamento e, com isso, execução das suas ações. Em alguns projetos, apenas um afinamento entre objetivos locais e continentais resolveria a dissonância (hierarquizando as ideias entre missão, objetivos e visão; ordenando as origens dos projetos a partir de “quem somos”, rumo aos objetivos, em “o que fazemos”, etc.). Em outros casos, é necessário que os projetos/políticas culturais sejam pensados como parte de um todo maior, nomeadamente ao nível da União Europeia, expandindo a ação que se desenvolve para outros territórios, glocalizando-os. Isto, no entanto, permitiria combater a lacuna numa das linhas com menor força e verificada no levantamento efetuado de boas práticas — a associação e mobilidade culturais.

Como recomendações para futuras revisões de *Uma Nova Agenda Europeia Para a Cultura*, talvez fosse benéfico o seu desdobramento em “agendas locais”, assim como o faz a Agenda 21 (Cidades e Governos Locais Unidos, 2004) em âmbitos globais, nacionais, regionais, entre outros. O facto de ser universal e ao mesmo tempo democrática, na medida em

que sugere que cada região use a cultura para alcançar a identidade da UE da forma que lhe convenha, faz do documento uma carta de intenções um tanto generalista e difusa que não abona a favor da ambicionada unidade na diversidade. Na ânsia de incluir a todos, a unidade fica fragilizada, porque se distancia das realidades complexas e diferenciadas dos municípios e da árdua implementação dos seus projetos.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 e da bolsa de doutoramento 2020.08656.BD.

## REFERÊNCIAS

- Cidades e Governos Locais Unidos. (s.d.). *Agenda 21 for culture*. <http://obs.agenda21culture.net/en/about>
- Cidades e Governos Locais Unidos. (2004). *Agenda 21 da cultura*. [http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf)
- Comissão da Cultura e da Educação. (2018). *Relatório sobre a nova agenda europeia para a cultura*. Parlamento Europeu. [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0388\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0388_PT.html)
- Comissão Europeia. (s.d.-a). *Educação e formação*. [https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/council-recommendation-on-key-competences-for-lifelong-learning\\_pt](https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/council-recommendation-on-key-competences-for-lifelong-learning_pt)
- Comissão Europeia. (s.d.-b). *Strategic framework for the EU's cultural policy*. <https://ec.europa.eu/culture/policies/strategic-framework-eus-cultural-policy>
- Comissão Europeia. (2018). *Uma nova agenda europeia para a cultura*. <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-267-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Conta satélite da cultura - 2010-2012. Notas metodológicas*. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_docmetod\\_sec2010\\_cn&perfilpagenumber=2&perfil=220674570&contexto=c](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_docmetod_sec2010_cn&perfilpagenumber=2&perfil=220674570&contexto=c)

Universidade da Madeira. (2016). *Despacho n.º 131/R/2016*. [https://conselhodecultura.uma.pt/wp-content/uploads/2019/04/Despachon%C2%BA-131.R.2016-de-21-de-outubro\\_UMa-Reconhecimento.pdf](https://conselhodecultura.uma.pt/wp-content/uploads/2019/04/Despachon%C2%BA-131.R.2016-de-21-de-outubro_UMa-Reconhecimento.pdf)

Citação:

Capoano, E., & Novera, D. (2021). Nova agenda europeia da cultura: Uma análise a partir de boas práticas em Portugal. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 139–154). CECS.